

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE LONDRINA REALIZADA EM 30/10/2017.

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, com início às dezenove horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se, no auditório Vilanova Artigas da Secretaria Municipal de Cultura – antiga Casa da Criança -, reunião extraordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, biênio dois mil e dezessete a dois mil e dezenove. A convocação teve como pauta a apresentação do relatório elaborado pela Comissão Temática sobre os questionamentos do processo eleitoral apresentados ao Conselho e as discussões e deliberações para a resolução das pendências do processo eleitoral. Foram justificadas as ausências dos conselheiros Kennedy Piau Ferreira, Mario Fragoso, Matheus Nemoto e Leonardo Benatto. Foi solicitado aos conselheiros nomeados que não haviam assinado a pauta para que realizassem as assinaturas e a conselheira Marina Lisboa Farias da região norte compareceu para assinar. Foi solicitado aos conselheiros que deixassem seus e-mails atualizados e foi informado o e-mail oficial do conselho para que todos pudessem se comunicar. Foi informado também que as atas das reuniões anteriores já haviam sido enviadas por e-mail e foi solicitado aos conselheiros para que lessem e avaliassem as atas para que possam ser aprovadas na próxima reunião ordinária. A Presidente Luiza Braga orienta alguns procedimentos antes do início da reunião. Pede para que os pontos de esclarecimento devem ser utilizados apenas para tirar dúvidas e não para outros fins. Diz ainda que a defesa servirá para defender um ponto de vista e será utilizado em momentos específicos da reunião. O vice-presidente Danilo Lagoeiro informa que ele e o 2º secretário Carlos Jeolás irão anotar os pedidos e a ordem das inscrições para melhor organização e condução da reunião. Sugere que as falas sejam de no máximo 3 minutos, conforme estabelecido no regimento interno do conselho. Antes do início da pauta do dia, foram realizados os informes da Agenda Cultural do Marl pelo conselheiro Danilo Lagoeiro, informe do evento de hip hop pelo Mc Reinaldo, informe do grupo de maracatu e quizomba pela conselheira Luiza Braga. O participante Ricardo Ceridório solicita que a reunião seja cancelada, pois a Comissão Temática não ouviu as partes envolvidas no processo eleitoral. O conselheiro Danilo Lagoeiro diz que não é o momento para isso e que vão ser ouvidos os membros da comissão temática primeiro. O primeiro a se pronunciar é o conselheiro Marcos Rogério Gomes, que se identifica como conselheiro suplente da setorial dos Distritos Rurais e integrante da comissão temática formada na reunião do dia 18/10/2017, e informa que vai explicar primeiramente os procedimentos adotados pela comissão. Diz que analisaram os

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

35 requerimentos, as atas, as listas de presença do processo eleitoral e demais documentos
36 que estavam arquivados na Secretaria de Cultura. Disse, ainda, que os documentos não
37 saíram da Secretaria e que zelaram pela integridade dos documentos, que eram lacrados
38 em um envelope ao fim de cada reunião da comissão. Informou que a comissão se reuniu
39 em por três vezes, nos dias 20, 24 e 28/10/17 e lembrou quais membros fizeram parte
40 da comissão, sendo eles Marcos Gomes, Patrícia Santos, Lilian Stanke, Mario Fragoso,
41 Danieli Pereira e Henrique Lhamas. Lembra também que a Patrícia Santos fez uma
42 observação à época, de que a comissão não seria técnica, pois a comissão não teria uma
43 capacidade técnica de avaliação, mas seria sim uma comissão temática e que não teria
44 uma característica judicializada. Disse que o problema comum entre as cadeiras de
45 literatura e circo foi a votação por chapa, e que o regimento estava claro que a votação
46 seria nominal e que os candidatos pleiteariam a vaga individualmente. Diz que, por
47 consenso da comissão temática ficou entendido que estas duas cadeiras deveriam passar
48 pelo processo eleitoral novamente. Nesta ocasião, estiveram presentes parte dos
49 membros da comissão, e diz que foi realizada a votação entre eles pra decidir se ouviriam
50 as partes e foi decidido que não. A justificativa foi pela objetividade do processo, pois não
51 haveria tempo hábil para a consulta de todas as partes, embora haja encaminhamentos
52 desta comissão que ficarão a cargo da plenária. Diz que essas ações que as pessoas
53 realizaram durante o processo eleitoral, independente do que foi feito, deveria estar
54 refletida na documentação, e que por boa fé decidiram usar para análise apenas os
55 documentos oficiais, que foram produzidos pelos participantes do processo eleitoral. Diz
56 que no dia 27/10 havia uma reunião marcada, mas que não houve quórum, e que
57 agendaram a reunião para o dia 28/10. Diz que a análise final da comissão é de que o
58 regimento apresenta falhas e lacunas. Diz que a questão da suplência não fica clara no
59 regimento, se na falta da eleição do titular o suplente assume, ou se as eleições são
60 refeitas. Diz que não hierarquizaram os erros, e que qualquer erro foi considerado e,
61 portanto, esses erros inviabilizam o processo eleitoral da forma que foi realizado. O
62 conselheiro Marcos realiza então a leitura das três atas da comissão temática. Na
63 primeira ata ficou definida que as eleições das áreas de literatura e circo deveriam ser
64 refeitas. Na segunda ata ficou decidido que a comissão só utilizaria os documentos
65 oficiais para embasar sua decisão final. Na terceira ata ficou decidido pelos
66 encaminhamentos de que sejam convocadas novas eleições para as sete subáreas
67 pendentes, pois a comissão entendeu que o regimento apresentam várias lacunas que
68 dificultam o entendimento, e sugere que, após a eleição de todas as cadeiras na nova
69 composição do conselho, o regimento eleitoral seja refeito para que sejam corrigidas as

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

70 lacunas e não permitam novos problemas. A conselheira Lilian Stanke lê um adendo à
71 ata, onde apresenta algumas citações da legislação eleitoral brasileira em analogia aos
72 casos que apresentaram problemas. A presidente Luiza Braga pede esclarecimentos
73 sobre os termos jurídicos utilizados pela conselheira Lilian. A conselheira Lilian lê
74 novamente o adendo à ata, e explica que utilizou termos da lei eleitoral. O conselheiro
75 Danilo Lagoeiro anuncia a abertura das inscrições. A participante Marise Garcia diz que
76 foi eleita pela setorial de Literatura, diz que havia três candidatas e que uma desistiu e
77 que a Vanda sugeriu eleição por chapa e que ela induziu as candidatas ao erro. O
78 participante Ricardo Ceridório diz que foi eleito pela setorial de Artes Visuais. Diz que
79 ficou acordada na primeira reunião que a comissão ouviria as partes envolvidas no
80 processo eleitoral e que no fim ninguém foi ouvido. Disse que a comissão decidiu colocar
81 todos os casos no mesmo balaio e que a comissão foi ineficiente e que deverá ser
82 formada novamente. O conselheiro Danilo Lagoeiro disse que que a fala do Ricardo
83 parece uma forma de encaminhamento e que se for o caso que seja retomada depois. O
84 conselheiro Henrique Lhamas diz que se sente envergonhado de participar da comissão.
85 Diz que ficou acordado que seriam ouvidas as partes. Disse que não pode participar da
86 primeira reunião e que se surpreendeu na segunda reunião, pois já haviam sido
87 deliberadas algumas setoriais. Disse também que a ata feita pela comissão não
88 representa a real reunião, pois a ata é bem simplificada e a reunião foi bem extensa.
89 Disse também que gravou a reunião da comissão da qual ele participou. O conselheiro
90 questionou o não recebimento das atas da comissão e a participante Patrícia Santos
91 disse que ele não recebeu as atas porque não tinha participado. O conselheiro Henrique
92 Lhamas diz que a comissão calou a voz dos conselheiros não empossados e que isso é
93 uma vergonha. Disse também que não recebeu a convocação para a reunião da
94 comissão, que havia sido mudada do dia 27/10 para o dia 28/10. A participante Luiza
95 Fukushima se apresenta como suplente da Marise, ambas conselheiras não empossadas,
96 e diz que filmaram o dia da eleição, não por má fé, mas que já tiveram problemas na
97 entrada e dificuldade para encontrar o local de votação e que, por isso, preferiram gravar.
98 Diz que o terceiro candidato à área de Literatura desistiu e que foi sugerido pela mesa
99 que ela entrasse como suplente. Reafirma que a Vanda sugeriu que a votação fosse por
100 chapa. Pergunta ao conselho qual o temor do conselho em colocar gente nova e por que
101 a essa imposição em calar essas pessoas. A Conselheira Lilian diz que quando se propôs
102 a participar da comissão se propôs a colocar a parte técnica. Diz que tudo que é feito com
103 base na lei e na boa fé dá certo, porque depois tem menos chance de retrabalho. Diz que
104 descobriu recentemente que, se a eleição é feita por chapa, se um candidato é

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

105 impugnado os dois poderão ser, e que na nossa eleição deveriam ser candidaturas
106 individuais. Diz que se houverem somente erros formais não há necessidade de
107 invalidação de todo o processo, se as eleições atenderam os fins propostos. Diz também
108 que os recursos foram apresentados depois e não junto à mesa eleitoral, outro fato por
109 qual ela não concorda com a impugnação das eleições, por analogia à Lei eleitoral. A
110 participante Eliane Oliveira diz que foi eleita pela setorial Centro e que é difícil ser julgada
111 mesmo depois de ter feito tudo corretamente, conforme orientado no dia da eleição. Disse
112 que recebeu 29 votos e a suplente 3 votos, e que assinaram tudo certinho. Diz que no
113 momento ninguém se manifestou de que estava acontecendo algum procedimento errado.
114 Disse que ficou triste por não ter sido notificada dos problemas que aconteceram na
115 eleição e que isso que causou revolta. Disse que está decepcionada, mas que vai ficar
116 até o final da reunião para que entenda tudo que aconteceu. Sugere que os próximos
117 passos sejam notificados. A conselheira Zuila de Oliveira se apresenta como suplente da
118 Marisol da ACIL. Diz que é nova e que acha que todos devem ser ouvidos e que é essa
119 resposta que ela espera levar para a ACIL ao final da reunião. A participante Teresa se
120 apresenta como candidata eleita pela setorial da Zona Sul. Diz que precisa de uma
121 resposta para levar pra zona sul e que quer que sejam ouvidos. Questiona uma Kombi
122 verde que levou eleitores por todos os setores da cidade para votar e manipular a eleição.
123 Diz que não está sendo reconduzida para a mesma cadeira que ocupava anteriormente e
124 que, portanto, entende que não há irregularidade. Diz que o fato de baterem palmas após
125 as falas de alguns conselheiros só gera conflitos. O conselheiro Paulo Briguet diz que o
126 conservador está fazendo a defesa dos excluídos. Questiona como iremos olhar nos
127 olhos do cidadão londrinense e dizer que as cadeiras não foram assumidas e que
128 ninguém foi ouvido. Propõe o encaminhamento de que a comissão seja anulada e que
129 nova comissão seja formada. O participante Sérgio Oliveira, eleito pela setorial do Circo,
130 diz que o conselho de cultura ainda não entendeu a arte do palhaço. Diz que as pessoas
131 aqui ficam nas caixinhas da direita e da esquerda e que há muito mais do que isso. Diz
132 que todos somos seres pensantes e que temos capacidade de nos expressarmos de
133 forma diferente. Sugere que sejam refeitas todas as eleições, já que tiveram algum erro
134 aqui ou ali. Diz que na área de circo aconteceu a mesma coisa que na literatura (sugestão
135 de eleição por chapas), e que as pessoas a frente do conselho na época é que
136 conduziram a eleição desta forma. Diz que invalidar as eleições é invalidar o voto de
137 quem esteve lá na hora da votação, e que se o voto foi unânime não há porque anular. O
138 participante Luiz se apresenta como artesão. Pergunta se os suplentes e os titulares das
139 áreas foram ouvidos. A participante Solange Gaya diz que o ser humano tem direito à

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

140 informação e esclarecimento real e não com uma ideologia por trás, ou com alguma
141 intenção. Diz que a situação aqui agora é partidária e pessoal. Diz que a gestão anterior
142 sim teve competência e que foram feitas reuniões para a gestão do processo eleitoral. Diz
143 que antes das eleições teve a formação da comissão eleitoral e que no dia da reunião
144 estavam o Caio, a Soninha, a Carol, A Vanda, o Idalto, o Mário, a Leda e ela chegou. Diz
145 que não foi falado que o Piau tinha pedido o adiamento da reunião da setorial. Disse que
146 acompanhou as reuniões por vontade própria. Disse também que recebeu uma ligação
147 dizendo que um professor da UEL havia avisado pros eleitores em massa votarem pra
148 área de literatura. Disse que havia várias pessoas procurando o local das eleições, e que
149 depois acharam e tudo correu bem. Disse que o outro candidato desistiu e que sobraram
150 só a Marise e a Luiza e que todos votaram. Disse que foi a Vanda que sugeriu a questão
151 de chapa e que depois a Vanda começou a questionar a eleição da Marise. Diz que eles
152 têm as atas das reuniões, o cd com gravações e que pode ser caracterizado improbidade
153 administrativa os erros das comissões eleitorais. Diz ainda que a impugnação da eleição é
154 pessoal, porque não gostam da Marise e reforça que conhece o currículo dela e que a
155 Marise tem sim competência para assumir a setorial de Literatura. A presidente Luiza
156 Braga pede um ponto de esclarecimento, questionando se foi a mesa eleitoral quem pediu
157 para a votação ser em chapa e a participante Solange Gaya confirma que sim. A
158 presidente Luiza Braga estava inscrita e diz que a mesa atual não tem responsabilidade
159 sobre o processo eleitoral que se passou. Diz que enquanto conselheira entende que
160 temos um problema a ser resolvido. Diz que por causa da vacância do conselho houve
161 falha de comunicação e concorda que, no mínimo, deveria ter havido a comunicação de
162 que algumas eleições haviam sido impugnadas. Ela lê parte da ata da reunião do dia
163 18/10 e disse que não foi votado o processo que seria adotado pela comissão temática na
164 análise dos casos e diz que entende que os documentos oficiais são os que embasam as
165 decisões. O conselheiro Marcos Gomes diz que posicionamentos políticos não podem
166 basear as decisões sobre as questões eleitorais. Diz que a comissão não tentou alinhar
167 grupos e nem deliberou de forma unilateral. Diz que na reunião do dia 18/10 não houve
168 votação para definir a metodologia da comissão temática e sim votação para definir a
169 formação da comissão. O Secretário de Cultura e conselheiro Caio Cesaro diz que a
170 divisão em polaridade política não agrega ao processo eleitoral. Diz que o
171 encaminhamento da comissão eleitoral era de que os questionamentos seriam enviados
172 para o conselho para que se resolvessem as dúvidas e pendências. Disse que, à época
173 das eleições, foram feitas reuniões para agendar com as setoriais as datas das eleições,
174 para que pudesse ser feito um cronograma, pois por falta de horas extras seria difícil

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

175 disponibilizar servidores. Disse que as primeiras assembleias realizadas correram
176 normalmente e que depois da eleição do Paulo Briguet e de uma postagem no whatsapp
177 as assembleias ficaram tumultuadas. Disse que entende que as setoriais de Circo,
178 Literatura e Centro não tiveram problemas e que a própria plenária poderia encaminhar e
179 resolver. Diz que a Secretaria espera que o conselho continue ativo, pois as decisões
180 precisam caminhar. O participante José Abílio diz que se a eleição infringiu o
181 regulamento, infringiu o regulamento e ponto. Diz que o direito material considera a
182 análise dos documentos. Diz que as pessoas que estão engajadas na eleição devem
183 conhecer o regimento. O participante Douglas Silva diz que frequentou muito a Secretaria
184 Municipal de Cultura nos anos 90. Disse que é escritor e foi convidado a participar de uma
185 chapa, sendo induzido ao erro. Diz que quem não respeitou o regimento foi quem estava
186 conduzindo o processo. Diz que não foi avisado de que não tomaria posse e que recebeu
187 a informação por whatsapp de que ele não poderia tomar posse, pois o documento que
188 ele assinou na eleição não constava nos documentos eleitorais. A participante Patrícia
189 Santos reitera que nem o núcleo organizador e nem a comissão temática eram
190 responsáveis pelo envio das comunicações da posse dos conselheiros. Esclarece ao
191 conselheiro Henrique Lhamas, que participava da comissão e disse que não havia
192 recebido a mensagem dela, que mandou mensagem no whatsapp do grupo da comissão
193 e que ele se retirou do grupo logo em seguida. O conselheiro Henrique Lhamas pede
194 então que ela mostre o grupo e as mensagens enviadas à plenária. A participante Patrícia
195 continua a fala e disse que não sabia que as reuniões da comissão estavam sendo
196 gravadas. Acha importante dizer que não é conselheira e que lendo a ata do dia 18/10
197 reitera que não ficaram decididos os procedimentos que seriam adotados pela comissão
198 temática. Disse que partiu do poder público, através da figura do Caio Cesaro, a sugestão
199 da não participação de membros do poder público na comissão temática. Diz que a
200 composição da comissão temática foi votada pela própria plenária, e que o fato de não
201 haver membros do poder público não pode colocar em dúvida os trabalhos da comissão.
202 Diz que não havia tempo hábil para ouvir 50 pessoas envolvidas no processo e que
203 mesmo que fossem ouvidas as pessoas a decisão deveria ser baseada nos documentos,
204 senão a decisão poderia ser tomada por um viés pessoal. O conselheiro Caio Cesaro faz
205 um adendo, de que a plenária decidiu-se pela comissão temática, em votação na reunião
206 do dia 18/10, e que também ficou decidido que a comissão temática não precisaria seguir
207 os moldes da comissão eleitoral, Portanto não havia a necessidade de participação de
208 membros do poder público. O conselheiro Henrique Lhamas diz que a comissão temática
209 foi criada sem base no regimento do conselho e diz que apenas conselheiros deveriam

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

210 fazer parte da comissão temática, o que não aconteceu, pois havia membros que não
211 eram conselheiros. A participante Patrícia Santos diz que, se a comissão deve ser
212 invalidada, pois infringe o regimento do conselho, da mesma forma tem que ser
213 respeitado o regimento eleitoral, na decisão dos casos que infringem o regimento. Sugere
214 então uma proposta de encaminhamento de que se o conselho entender que, por
215 princípio, a comissão deve ser anulada por não estar no regimento, também pelo mesmo
216 princípio as eleições das setoriais, que contrariam o regimento eleitoral, devem ser
217 anuladas. A conselheira Lilian Stanke sugere outra proposta de encaminhamento, a de
218 que seja feita primeiro uma votação para decidir sobre o cancelamento dessa comissão, e
219 depois entrar no mérito das eleições das setoriais. A participante Luiza Fukushima
220 pergunta se irá ser formada nova comissão e se serão ouvidas as partes. Pergunta à
221 presidente do conselho se ela acha justo serem julgados sem serem ouvidos. A
222 presidente Luiza Braga informa que não pode responder em nome do conselho, enquanto
223 presidente. Diz que enquanto Conselheira entende que os documentos oficiais deveriam
224 subsidiar as decisões da comissão. A conselheira Zuila de Oliveira defende que na
225 reunião do dia 18/10 ficou acordado que seriam ouvidas as partes e não foram. A
226 participante Patrícia Santos reitera a proposta de encaminhamento dela, se irá seguir-se o
227 regimento do conselho na composição da comissão temática ou se a plenária é soberana
228 e poderá decidir além dele. Se for a proposta for votada para seguir o regimento, deverá
229 ser utilizado o mesmo princípio na análise do regimento eleitoral quando da análise das
230 setoriais que estão pendentes. O conselheiro Rogério esclarece que a comissão eleitoral
231 só viu erros em sete setoriais, portanto as demais foram validadas. Procedeu-se a
232 votação, apresentando nove votos a favor da votação por princípios, oito votos a favor da
233 votação separadamente, e quatro abstenções. Sendo assim, ficou decidido pelo
234 cancelamento da comissão temática votada na reunião do dia 18/10, e será formada nova
235 comissão, respeitando o regimento eleitoral. Da mesma forma, ficou entendido que o
236 regimento eleitoral deverá prevalecer nas decisões da comissão temática, ao analisar os
237 casos pendentes do processo eleitoral. Ao final da eleição o vice-presidente Danilo
238 Lagoeiro anuncia que a comissão temática estava cancelada, e que, quanto às duas
239 setoriais que apresentaram problemas regimentais (literatura e circo), já estariam
240 automaticamente decidido pelas novas eleições. A conselheira Tatiane Santos pede
241 esclarecimentos sobre o entendimento dos encaminhamentos da votação, pois entendeu
242 que após a votação, seria criada nova comissão para analisar novamente os casos, para
243 aí sim verificar se houve erro regimental, e se deverão ser feitas novas eleições. A
244 participante Patrícia entende que não, que já seria previamente decidido por se tratar de

Conselho Municipal de Política Cultural
Londrina – Paraná
Biênio 2017 – 2019

245 erro regimental. A plenária entende que a nova comissão irá analisar todos os casos
246 novamente. O participante Ricardo Ceridório propõe o encaminhamento de que sejam
247 ouvidas as partes envolvidas no processo eleitoral. A conselheira Lilian Stanke diz que
248 temos que sair do campo pantanoso, e sugere que seja solicitado apoio ao setor jurídico
249 da Prefeitura e análise do regimento, para então decidirmos sobre os encaminhamentos a
250 serem seguidos para as decisões sobre o processo eleitoral. O conselheiro Gerson
251 Bernardes sugere que seja seguido o regimento, pois o mesmo foi votado pela plenária. O
252 conselheiro Caio Cesaro diz que a demanda da Procuradoria Geral do Município é de
253 mais de 40 dias para análise. A conselheira Lilian Stanke sugere que o Caio, enquanto
254 Secretário de Cultura, consiga tramitar a análise do processo com urgência, com um
255 prazo de 15 a 30 dias. Sendo assim, as duas propostas de encaminhamento são levadas
256 à votação, totalizando quatro votos a favor de pedir apoio ao jurídico, dezesseis votos a
257 favor de seguir o regimento já estabelecido e uma abstenção. Dessa forma, é aberta a
258 indicação de membros para compor a nova comissão temática e são indicados os
259 conselheiros: Gerson Bernardes, Marcos Gomes, Zuila de Oliveira, Paulo Briguet, Rogério
260 Costa e Lilian Stanke. A formação da comissão foi votada pela plenária, sendo eleita por
261 unanimidade com o total de 21 votos. A presidente Luiza Braga sugere que cada setorial
262 que está pendente tenha quatro falas à comissão temática (Uma fala do titular e uma do
263 suplente eleitos, uma fala de um membro da comissão eleitoral do poder público e uma
264 fala do membro da comissão da sociedade civil). O conselheiro Gerson Bernardes faz a
265 proposta de encaminhamento para que sejam ouvidos o titular e o suplente eleitos, um
266 membro da comissão do poder público e um membro da comissão da sociedade civil.
267 Propõe que seja permitido apresentar declarações de testemunhas em forma documental
268 e vídeos originais sem cortes, em um prazo de 15 dias. A proposta foi aceita por
269 unanimidade, totalizando 21 votos. Ficou decidido que a comissão irá convocar os
270 indivíduos que serão ouvidos, e, caso o convocado não possa comparecer na primeira
271 data de convocação será realizada uma nova e última convocação. As convocações
272 serão feitas através de e-mail e ligação telefônica, pelos membros da comissão. Foi
273 pedido aos interessados que deixassem seus e-mails e telefones com a 1ª secretária para
274 garantir a comunicação. Ficou estabelecido que a comissão temática irá apresentar o
275 relatório da avaliação em reunião ordinária, que ficou agendada para o dia 13/11/2017.
276 Nada mais havendo, às 22h45m, deu-se por encerrada a reunião, secretariada por mim,
277 Tatiane Batista dos Santos, 1ª secretária, cuja ata lavrei e datei e será submetida à
278 aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural na próxima reunião ordinária.